UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
ESCOLA DE SAÚDE - ESUFRN
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – SEDIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE PRECEPTORIA EM SAÚDE

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NA MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND – IMPLEMENTANDO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PRECEPTORIA COM RESIDENTES DE SERVIÇO SOCIAL

TEREZA CRISTINA ALVES FERREIRA

FORTALEZA/CE
2020

TEREZA CRISTINA ALVES FERREIRA

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NA MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND – IMPLEMENTANDO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PRECEPTORIA COM RESIDENTES DE SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização de Preceptoria em Saúde, como requisito final para obtenção do título de Especialista em Preceptoria em Saúde.
Orientador(a): Prof (a). Patrícia Amanda Pereira Vieira

FORTALEZA/CE

2020

RESUMO

Introdução: a partir da vivência como preceptora da Resmulti, pôde-se observar um conjunto de limites na operacionalização do projeto pedagógico, assim como as inquietações e insatisfações que permeiam as atividades cotidianas no exercício da preceptoria em Serviço Social. **Objetivo:** criar um instrumento estruturado, tipo checklist, para realizar o monitoramento e a avaliação da Preceptoria em Serviço Social da MEAC, com vistas ao aprimoramento do processo ensino-aprendizagem. **Metodologia:** Projeto de intervenção do tipo Plano de Preceptoria. **Considerações finais:** o instrumento proposto oportunizará à equipe executora acompanhar e avaliar a preceptoria em Serviço Social, na perspectiva de respaldar e qualificar ainda mais o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Preceptoria, Avaliação, Ensino-aprendizagem

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi regulamentado em 1990, através da Lei Orgânica de Saúde (LOS), a Lei N°8.080 e a Lei N°8.142 sendo concebido como um sistema público, organizado e orientado no sentido do interesse pautado na coletividade. Conforme dispõe o artigo 4º, caput, da Lei nº 8.080/90, o SUS é definido:

> O conjunto de ações e serviços de saúde, prestado por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público (BRASIL,1990).

Vale destacar, que há uma participação do Ministério da Educação na gestão do SUS a nível Federal, pois os hospitais universitários que compõem a maioria das universidades federais que ofertam cursos de Medicina e de outras áreas da saúde, recebem recursos das duas pastas governamentais em questão: Saúde e Educação (SOUZA et al, 2018).

Os hospitais universitários têm um importante papel no desenvolvimento de pesquisas científicas na área da saúde. São centros de formação em recursos humanos, prestando serviço de assistência à saúde da população e contribuindo nos processos de inovação assistencial e incorporação tecnológica em saúde na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), classificados como unidades de referência conforme o estabelecido na legislação do Programa de Certificação de Hospitais de Ensino – Portaria Interministerial nº 285, de 24 de março de 2015.

Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (lei 11.129/2005), com o objetivo de promover a vivência nos serviços de saúde mediante estratégias que facilitem a inserção de profissionais jovens no mercado e em dispositivos e regiões de prioridade para o Sistema Único da Saúde (SUS). Dentre as políticas de capacitação de recursos humanos para o SUS, a residência multiprofissional, caracteriza-se por ser uma ferramenta estratégica do Estado cujo objetivo é formar pessoas com perfil para transformar as práticas vigentes e para produzir uma outra cultura de intervenção e de compreensão do processo saúde-doença no contexto da saúde pública, mediante capacitação em serviço (REIS; FARO, 2016 *apud* SOUZA et al, 2018).

Essa modalidade de pós-graduação visa formar profissionais para atender as necessidades do SUS, buscando a racionalização dos serviços públicos de saúde, com fundamento em uma perspectiva interdisciplinar de assistência integral e articulada com outros campos do saber. Desta forma, esse modelo imprime uma resistência à formação fragmentada, baseada numa visão de doença compreendida como um fato essencialmente biológico e almeja superar o modelo biomédico que prioriza os fatores biológicos em prejuízo de fatores psicológicos e sociais também implicados no processo saúde-doença (ROSA; LOPES, 2009).

No desempenho dessa função formadora, o Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará (UFC) implantou em 2010, a Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar à Saúde (Resmulti), cujo projeto político pedagógico pauta-se em uma formação que consubstancia e fortalece o SUS, por ter como eixo central os princípios e diretrizes desse Sistema.

A partir da vivência como preceptora da Resmulti na área de ênfase em Saúde da Mulher e da Criança, desenvolvida no âmbito da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC), especialmente, no contexto de práticas do Serviço Social, pôde-se observar um conjunto de limites na operacionalização do projeto pedagógico, assim como as inquietações e insatisfações que permeiam as atividades cotidianas no exercício da preceptoria em Serviço Social, quais sejam: ausência de uma formação continuada em preceptoria; falta de sistematização do processo ensino aprendizagem; fragilidade dos mecanismos de monitoramento e avaliação da preceptoria.

Diante do exposto, pôde-se construir o problema central do projeto, a saber: como fortalecer o processo de monitoramento e avaliação em preceptoria? Considera-se, pois, de acordo com Borges et al (2014), que a avaliação formativa estimula a autorregulação do estudante e, consequentemente, o desenvolvimento de habilidades para a educação permanente em saúde.

Partindo da questão norteadora acima referida e na reflexão acerca dos limites e possibilidades na condução desse projeto pedagógico, foi pensado na elaboração de um instrumental para fins de monitoramento e avaliação do processo de formação teórico-prática da Preceptoria em Serviço Social. Tal proposta visa contribuir no aprimoramento das estratégias de ensino-aprendizagem, reconhecendo a autonomia dos sujeitos sociais envolvidos, bem como agregando os valores situados na missão da instituição.

2. OBJETIVO

Implantar um checklist para realizar o monitoramento e a avaliação da Preceptoria em Serviço Social da MEAC, com vistas ao aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Projeto de intervenção do tipo Plano de Preceptoria.

3.2 LOCAL DO ESTUDO/PÚBLICO-ALVO/EQUIPE EXECUTORA

A Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC), do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará (UFC) é uma instituição de excelência no atendimento às gestantes de alto risco, além de se destacar como referência na adoção às boas práticas ao parto e nascimento humanizados. Presta serviços em nível de alta e média complexidade à população do município de Fortaleza e do Estado do Ceará. Oferece à população serviços de obstetrícia, ginecologia, neonatologia, mastologia e medicina fetal.

A Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC) atua ainda na formação de profissionais especializados na área de atenção à saúde, sendo campo de formação

de alunos de graduação, curso técnico e de residência médica e multiprofissional da UFC, sob a supervisão de professores e da equipe de profissionais.

O espaço específico de prática em preceptoria aqui contemplado é o Setor de Serviço Social, um dos serviços que compõem a Unidade de Atenção Psicossocial/MEAC, juntamente com o Serviço de Psicologia e Psiquiatria. Composição da Equipe: 20 (vinte) assistentes sociais, 02 Assistentes em Administração; 02 (dois) Residentes em Serviço Social Residência Multiprofissional/UFC. As Áreas de atuação do Serviço Social na MEAC são: Sala de Acolhimento Serviço Social; Emergência; Unidades de Internamento e Unidades Ambulatoriais.

O público-alvo será constituído pelos residentes atuantes no Setor de Serviço Social, sendo a executora do projeto, a equipe de assistentes sociais preceptores da qual faço parte, exercendo também o cargo de chefia do setor.

3.3 ELEMENTOS DO PLANO DE PRECEPTORIA

O Plano de Preceptoria será desenvolvido de acordo com as seguintes etapas:

1ª Etapa:

- Realizar 01(uma) roda de conversa com a equipe de preceptores visando a apresentação do projeto de intervenção, buscando identificar aspectos a serem trabalhados no instrumental, com vistas a contribuir com a qualificação das práticas de preceptoria em Serviço Social no contexto das ações de saúde hospitalar. Adicionalmente, apresentar exemplos de instrumentos de monitoramento e avaliação obtidos a partir de levantamento bibliográfico prévio, de forma a contextualizar a temática e qualificar o referido processo de avaliação.

2ª Etapa:

- Promover 02(dois) encontros com a equipe de preceptores (grupo de trabalho) para elaboração participativa do instrumental de monitoramento e avaliação;

- Aplicar, como estratégia piloto, o instrumental de monitoramento e avaliação junto aos residentes de Serviço Social a fim de validação do mesmo;

- Promover roda de conversa com os residentes de Serviço Social, participantes do projeto, com o objetivo de avaliar os resultados e obter *feedback* referente ao instrumento testado, sendo tais considerações registrados para fins de ajustes.

3ª Etapa:

- Validar, junto à equipe executora, o instrumento para utilizar nas práticas em preceptoria;

- Socializar o instrumento com a Coordenação da Área da Saúde da Mulher e da Criança.

3.4 FRAGILIDADES E OPORTUNIDADES

Apontamos como fragilidades os seguintes itens: rotina de trabalho que não permite espaço de reflexão da prática; canais reduzidos de educação permanente em Preceptoria; falta de qualificação e conhecimento pedagógico quanto ao papel e à função do Preceptor; ausência de sistematização dos planos de Preceptoria.

Como oportunidades podemos citar: troca de experiências no campo da assistência à saúde; articulação institucional e interinstitucional; oferta de curso de especialização em Preceptoria; participação ativa nas Redes de Saúde Estadual e Municipal; vinculação do Hospital à Universidade Federal do Ceará.

3.5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Sugere-se que o processo de avaliação do projeto a ser implementado possa perpassar todas as etapas de execução do mesmo, através da frequência dos envolvidos nas atividades grupais, da compilação das contribuições dos participantes frente aos temas propostos, checklist de proposições e *feedback* do processo para os preceptores ao final de cada semestre, com elaboração de relatório a ser encaminhado à Coordenação da Residência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o Serviço Social da Maternidade Escola Assis Chateaubriand-UFC já lida, cotidianamente, com o exercício da preceptoria voltada aos residentes, nesta área em específico, há cerca de 10(dez) anos, onde a base de avaliação são as reuniões programadas e os momentos de discussões e reflexões sobre as práticas,

de forma individual, entendemos que a proposta de elaboração de um instrumento de monitoramento e avaliação em preceptoria se faz importante e muito necessário para que possamos visualizar, de modo mais sistemático e preciso as deficiências, como também o pontos satisfatórios desse processo.

Assim sendo, tal instrumento oportunizará à equipe executora a condição de acompanhar e avaliar a preceptoria em Serviço Social, observando pontos a serem ajustados e potencializando outros que possam enriquecer nossa residência na perspectiva de respaldar e qualificar ainda mais o processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

BORGES M**,** MIRANDA C**,** SANTANA R**,** BOLLELA V. **Avaliação formativa e feedback como ferramenta de aprendizado na formação de profissionais da saúde.** Medicina, 2014. Disponível em http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/86685.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília: Diário Oficial da União; 1990.

_____ . **Lei nº 1990**, Lei 8.142, de 29 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS – e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

REIS, Beatriz Andrade Oliveira, & FARO, André. **A residência multiprofissional e a formação do psicólogo da saúde: um relato de experiência. Revista Psicologia e Saúde,** 2016. Disponível em https://dx.doi.org/10.20435/2177093X2016108

ROSA, S. D.; LOPES, R. E. **Políticas de formação profissional: o caso da residência multiprofissional em saúde**. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, v. 13, n. 1, 2011.

SOUZA, A. M. A. E.; MONTEIRO, Katia Cristine Cavalcante; ARAÚJO, L. B. **(Per)cursos formativos em residência multiprofissional**. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, v. 1. 275p, 2018.